



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

68
M

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332819-2

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT

Agravado: Wutemberg Marcílio dos Santos

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO. AGRAVO INTERNO RECEBIDO COMO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EMERGENTE DE RECURSO DE APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. INEXIGIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Insurge-se a Agravante contra a decisão terminativa que deu provimento a recurso de apelação interposto pelo demandante, por estar a sentença em confronto com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
2. O Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento de que, nas causas que versam sobre o seguro DPVAT, não é necessário o prévio requerimento ou exaurimento da via administrativa para que se preencha uma das condições da ação, o interesse de agir. Precedentes STJ.
3. Como se observa, a ausência de requerimento, na via administrativa, não obsta o direito da parte de ajuizamento da ação com o fim de exercer o seu direito, sendo certo que, em razão do sistema de jurisdição única, a nossa Constituição preconiza o livre acesso ao Poder Judiciário (art. 5º, inciso XXXV).
4. Agravo improvido. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332819-2, em que figuram como Agravante SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT e Agravado WUTEMBERG MARCÍLIO DOS SANTOS, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 23.05.14
Márcio Aguiar
Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332819-2

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Agravado: Wutemberg Marcílio dos Santos

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Por decisão terminativa de fls. 49/52, a Relatoria deu provimento ao recurso do demandante para anular a decisão de primeiro grau determinando a baixa dos autos ao Juízo de origem para a continuação do processo, em razão da contrariedade da sentença recorrida à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Irresignada com mencionada decisão monocrática, a ré interpõe o presente agravo interno, recebido como legal, previsto no art. 557 do Diploma Processual Civil, aduzindo, em síntese, que o processo deveria ter sido extinto sem conhecimento do mérito por faltar à parte autora o interesse de agir, já que não reclamou, através da via administrativa, a indenização pleiteada judicialmente.

VOTO

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

DECISÃO TERMINATIVA:

Cuida-se de apelação cível interposta por Wutemberg Marcílio dos Santos, contra sentença (fls. 29/30) exarada nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, por si ajuizada contra Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

O magistrado singular, no *decisum*, julgou o autor carecedor do direito de ação ao fundamento da necessidade de prova da pretensão resistida, notadamente a solicitação do pagamento do seguro na esfera administrativa.

Em suas razões, o autor, ora apelante, diz que a falta de pedido administrativo não obsta, a teor do art. 5º, inciso XXXV da Carta Magna, a possibilidade de apreciação judicial da demanda proposta.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

2

70
A

Traz, em reforço a tese, precedentes jurisprudenciais e, roga, ao final pelo provimento do apelo a fim de determinar a continuidade do processo.

Contrarrazões às fls 38/41.

Decido:

Na espécie, contrariamente ao decidido, não há que se falar em carência de ação por falta de interesse de agir, quando as suas condições encontram-se devidamente preenchidas. Atente-se, no ponto, que o ingresso em Juízo não está condicionado ao esgotamento da via administrativa.

É esta a lição da doutrina de Alexandre de Moraes: "Inexiste a obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o Judiciário. A Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para se obter o provimento judicial, uma vez que exclui a permissão, que a Emenda Constitucional n.º 7 à Constituição anterior estabeleceu, de que a lei condicionasse o ingresso em juízo à exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao Poder Judiciário" (MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional, 14ª edição. São Paulo: Atlas, 2003, p. 103) (g.n.)

Nesse sentido, vejamos os precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO REFEIÇÃO. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte de que o esgotamento da instância administrativa não é condição para o ingresso na via judicial. 2. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE NITERÓI desprovido. (AgRg no AREsp 217.998/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 24/09/2012)

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3

21
M

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ANISTIADO POLÍTICO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIA ADMINISTRATIVA. ESGOTAMENTO. DESNECESSIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CUMULAÇÃO COM A REPARAÇÃO ECONÔMICA CONCEDIDA PELA COMISSÃO DE ANISTIA. IMPOSSIBILIDADE. BIS IN IDEM. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO.

1. "No tocante à necessidade de exaurimento prévio da via administrativa para o ingresso de demanda judicial, o entendimento das duas Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte é no sentido de que o não-esgotamento da via administrativa não resulta em falta de interesse de agir capaz de obstar o prosseguimento do pleito repetitivo" (AgRg no REsp 1.190.977/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 28/9/10).

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou a compreensão no sentido de que "a edição da Lei nº 10.559/2002, que regulamentou o disposto no artigo 8º dos Atos das Disposições Transitórias - ADCT e instituiu o Regime do Anistiado Político, importou em renúncia tácita à prescrição" (AgRg no REsp 897.884/RJ, Rel. Min. CELSO LIMONGI, Des. Conv. do TJSP, Sexta Turma, DJe 8/3/10).

3. A reparação econômica prevista na Lei 10.559/02 possui duplice caráter indenizatório, abrangendo os danos materiais e morais sofridos pelos anistiados em razão dos atos de exceção praticados pelos agentes do Estado, de natureza política.

4. Inaplicável, à espécie, a jurisprudência contida na Súmula 37/STJ, ainda que do ato de exceção tenha decorrido, além de dano material, também dano moral, ante a disciplina legal específica da matéria.

5. Embora os direitos expressos na Lei de Anistia não excluam os conferidos por outras normas legais ou constitucionais, é "vedada a acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, facultando-se a opção mais favorável" (art. 16).

6. Não busca o autor, no presente caso, a eventual majoração da reparação econômica fixada pela Comissão de Anistia, mas a obtenção de uma segunda indenização, cuja causa de pedir é a mesma anteriormente reconhecida pela aludida comissão.

7. Acolhido o pedido principal formulado no recurso especial da União, ficam prejudicados os pedidos alternativos, concernentes à revisão do quantum indenizatório e da taxa de juros moratórios fixados no acórdão



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

recorrido. Fica prejudicado, ainda, o recurso especial adesivo em que o autor pleiteia a majoração da indenização e dos honorários advocatícios.

8. Recurso especial da União conhecido e provido para reformar o acórdão recorrido e restabelecer os efeitos da sentença de improcedência do pedido. Recurso especial adesivo prejudicado”.

(REsp 1323405/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/09/2012, DJe 11/12/2012)

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRÉVIO REQUERIMENTO OU EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. RECONHECIMENTO DO INDÉBITO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 1. No tocante à necessidade de exaurimento prévio da via administrativa para o ingresso de demanda judicial, o entendimento das duas Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte é no sentido de que o não-esgotamento da via administrativa não resulta em falta de interesse de agir capaz de obstar o prosseguimento do pleito repetitivo. 2. Agravo regimental não-provido.” (AgRg no REsp 1190977/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/08/2010, DJe 28/09/2010) (g.n.)

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. PRECEDENTES. 1. Não é obrigatório o prévio requerimento na via administrativa para o ingresso no Poder Judiciário mediante a impetração de mandado de segurança, ante o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 772.692/RR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/08/2008, DJe 08/09/2008)

“PROCESSUAL. SERVIDOR. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. INTERESSE EM AGIR CARACTERIZADO. PRINCÍPIO DO LIVRE ACESSO À INSTÂNCIA JUDICIAL. - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, com base no cânon constitucional que preconiza o livre acesso ao Poder Judiciário, é pacífica no sentido de que a exaustão da instância administrativa não é condição para o pleito judicial. - Patente a existência do interesse em agir, de vez que desnecessário o prévio requerimento na



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

via administrativa para ensejar o ingresso na via judiciária, mormente quando a vantagem pleiteada é imposta à administração por imperativo legal. - Recurso especial conhecido."(STJ 261158/SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 22.08.2000, DJ 11.09.2000).

Como se observa, a ausência de requerimento, na via administrativa, não obsta o direito da parte de ajuizamento da ação com o fim de exercer o seu direito, sendo certo que, em razão do sistema de jurisdição única, a nossa Constituição preconiza o livre acesso ao Poder Judiciário (art. 5º, inciso XXXV).

Ex positis, estando a sentença recorrida em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e, amparado no art. 557, § 1º-A do CPC, dou provimento ao apelo para anular a decisão determinando a baixa dos autos ao Juízo de origem para a continuação do processo.

Cumpra-se. Publique-se.

Recife, 22 de abril de 2014.

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado pela Relatoria.

Isto posto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 29.05.14
Márcio Aguiar
Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado